



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Notas sobre desenvolvimento e ecologia

Francisco Luiz Corsi

Como citar: CORSI, F. L. Notas sobre desenvolvimento e ecologia. *In:* SIMONETTI, M. C. L.(org). **A (in)sustentabilidade do desenvolvimento** – Meio ambiente, agronegócio e movimentos sociais. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.p73-90. DOI:<https://doi.org/10.36311/2011.978-85-7983-140-9.p73-90>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

NOTAS SOBRE DESENVOLVIMENTO E ECOLOGIA

Francisco Luiz Corsi

O presente artigo, longe de pretender esgotar o tema, tece alguns comentários a partir de uma perspectiva crítica sobre como o problema do desenvolvimento econômico e de sua relação com a questão ecológica tem sido tratado na ciência econômica desde o surgimento da economia política. Consiste em certo sentido em um balanço bastante preliminar das discussões. Enfatizamos dois pontos na nossa análise. Buscamos mostrar, de um lado, a necessidade de não isolarmos a questão ecológica da dinâmica econômico-social do sistema capitalista, como se fosse apenas uma questão de fluxos de energia e de utilização de recursos renováveis e não renováveis ou um problema sanável pelo mercado. De outro lado, consideramos que o problema ambiental está imbricado nas relações sociais que estruturam a sociedade. Também discutimos a possibilidade de alcançarmos um desenvolvimento sustentado na sociedade capitalista. Alinhamo-nos aos críticos desse conceito, que tem norteado, em grande medida, as discussões e as resoluções internacionais sobre o assunto.

Para não correremos o risco ser anacrônicos, ao discutirmos as correntes do pensamento econômico anteriores a “explosão” da questão ambiental como um problema social a partir da década de 1960, quando a crise ecológica ficou evidente e irromperam os movimentos ambientalistas, devemos tomar o cuidado de não cobrarmos posições para questões que não estavam colocadas no debate à época.

Contudo, não devemos também esquecer que as questões colocadas pelo presente nos faz indagar o passado a partir de novas perspectivas, levantando temas pouco estudados ou até então ocultos.

O artigo está dividido em duas partes além dessa introdução. No segundo item, discutimos como a questão do desenvolvimento e sua relação com problema ambiental foram tratadas pelas correntes que vão da economia política clássica a economia ecológica, passando pelo marxismo e pela teoria neoclássica. A atenção está centrada nessas duas últimas correntes. Por fim, tecemos alguns comentários a guisa de conclusão.

O DESENVOLVIMENTO E A ECOLOGIA: DA ECONOMIA POLÍTICA CLÁSSICA À ECONOMIA ECOLÓGICA

O problema do desenvolvimento era uma questão central na economia política clássica. Na celebre obra de Adam Smith (1996) *A riqueza das nações. Investigação sobre sua natureza e suas causas*, o desenvolvimento aparece como um dos eixos da obra. De maneira diversa dos Fisiocratas, que consideravam a terra como a fonte do excedente e, portanto, da riqueza, Smith concebe a riqueza de uma nação como um processo fundamentalmente social. A riqueza de uma nação não depende de sua dotação de recursos naturais,

Qualquer que seja o solo, o clima ou a extensão do território de uma determinada nação, a abundância ou escassez do montante anual de bens que disporá, nessa situação específica, dependerá necessariamente das duas circunstâncias [...] primeiro, [da] habilidade, destreza e bom senso com os quais seu trabalho for executado; em segundo lugar, [da] proporção entre os números dos que executam trabalho útil e dos que não executam tal trabalho. (SMITH, 1996, v. 1, p. 59).

Desenvolvimento identifica-se sobretudo com o aumento da produtividade do trabalho produtivo, embora Smith também assinala que ele depende de uma série de determinações econômicas, sociais e políticas, como, por exemplo, o “bom governo” e a divisão do trabalho social entre produtivo e improdutivo. O avanço da divisão do trabalho e, portanto, da produtividade seriam fundamentais para que “em uma sociedade bem dirigida [gerar] aquela riqueza universal que se estende até as camadas mais baixas do povo” (SMITH, 1996, v. 1, p. 70). O capitalismo é concebido, nessa obra, como um sistema dinâmico, que tende para o crescimento, o que Myrdal (1968), mais de um século depois, chamaria de “causalidade circular cumulativa” do desenvolvimento.¹

¹ A economia capitalista seria caracterizada pelo contínuo avanço da divisão do trabalho, tendo como resultado o aumento da produtividade e do produto. Observar-se-ia, assim, o incremento do excedente econômico, o que permitiria a elevação dos estoques de capital, proporcionando, por sua vez, um incremento do emprego produtivo. Este aumento do emprego, decorrente do avanço da acumulação de capital, geraria um aumento dos salários e, portanto, dos mercados. Quanto maiores esses últimos maior seria a divisão do trabalho e o circuito começaria novamente. (SMITH, 1996; MYRDAL, 1968; FRISTSCH, 1996, p. 9-11).

Para Smith, os recursos naturais aprecem como dados e são considerados praticamente inesgotáveis e gratuitos, com exceção do solo. A água e o ar seriam exemplos desses recursos abundantes que não seriam apropriáveis como propriedade privada. Não teriam valor e nem preço, estariam fora do campo de análise da economia política², que é uma ciência humana, pois a riqueza é um fenômeno humano. A separação entre seres humanos e natureza é evidente nesse ponto em sua obra. Dessa forma, esses recursos naturais não representariam qualquer custo e/ou obstáculo ao desenvolvimento. Poderíamos estender esse exemplo para o conjunto da biosfera. O capitalismo não encontraria propriamente obstáculos naturais. Segundo Smith (1996), o desenvolvimento poderia ser limitado em longo prazo pelo esgotamento das oportunidades de investimento e pelo incremento dos salários fruto da ampliação do estoques de capital, o que levaria a compressão dos lucros, e não pelo esgotamento dos recursos naturais (SMITH, 1996; CHESNAIS; SERFATI, 2003; FOLADORI, 2001; MONTIBELLER-FILHO, 2001).

Ricardo (1996)³ também considerava o sistema capitalista dinâmico e expansivo. No entanto, ele via a questão do desenvolvimento e sua relação com a natureza de forma mais complexa. Defensor da concepção do crescimento populacional de Malthus⁴, segundo a qual a população cresce em ritmo superior ao da produção de alimentos, acreditava na inevitabilidade da crise e da estagnação do sistema no longo prazo. Dada a limitada disponibilidade e os diferentes graus de fertilidade da terra, o acelerado crescimento da população obrigaria o cultivo de terras cada vez menos férteis e de localização inferior. A consequência seria a queda da produtividade do trabalho na agricultura e, portanto, a majoração dos preços dos produtos agrícolas. Esse processo resultaria no aumento da renda da terra, fruto do incremento dos diferenciais de produtividade do trabalho em terras de

² A ciência econômica só vai se preocupar com esses recursos quando começam a ficar escassos. Segundo Chesnais e Serfati, (2003, p. 55), “o capital só se interessaria por um recurso natural em dois casos. O primeiro é quando esse pode ser ‘multiplicado’, isto é, produzível com lucro no quadro da valorização do capital, seja ao ser oferecido no mercado sob a forma de substituto industrial que, se necessário, será imposto contra o verdadeiro produto natural pelo emprego de estratégias semelhantes às empregadas pelos grupos de agroquímica para os produtos híbridos e os OGM [organismos geneticamente modificados]. O segundo caso é o recurso natural, inicialmente considerado inesgotável cuja rarefação progressiva ou as perspectivas de esgotamento torna suscetível de dar margem a rendas para os que controlam seu acesso”.

³ Ricardo e grande parte dos economistas que o sucederam deslocaram o foco da economia para o problema da repartição da renda social. Assim, enfatizaram em suas análises o problema da distribuição da riqueza. Contudo, o problema do desenvolvimento continuou importante em sua obra. Esse deslocamento das preocupações centrais da economia política clássica está vinculado aos embates políticos e ideológicos nos quais Ricardo estava inserido. O conflito social fundamental que marcou a época de Ricardo foi a luta entre capitalistas e trabalhadores que se aprofundava com o avanço da Revolução Industrial na Inglaterra. Também de grande importância foram as lutas em torno do controle do Parlamento inglês, que no fundo estavam diretamente relacionadas aos rumos da economia inglesa. A grande questão era se a Inglaterra deveria reforçar o seu desenvolvimento agrário ou deveria concentrar os seus esforços para deslanchar o seu desenvolvimento industrial. Ricardo colocou-se nesses embates ao lado da burguesia industrial, tornando-se o seu principal ideólogo à época (SCREPANTI e ZAMAGNI, 1997).

⁴ As idéias de Malthus ainda ecoam nos argumentos de vários ecologistas, que vêem um limite físico para o desenvolvimento do capitalismo, como nas proposições do relatório do Clube Roma (*Os limites do crescimento* – 1972), que defendia um crescimento zero para a economia mundial.

diferentes qualidades e localização, e dos salários, decorrente da elevação dos preços dos alimentos. A elevação da renda da terra e dos salários comprimiria os lucros, reduzindo a poupança e os investimentos e assim o capitalismo entraria em uma fase de estagnação⁵.

O chamado estado estacionário seria uma tendência de longo prazo, pois existiriam contratendências que neutralizariam temporariamente o processo, quais sejam: o desenvolvimento de novas tecnologias que aumentariam a produtividade do trabalho na agricultura e a abertura dos mercados nacionais, o que facilitaria a importação de produtos agrícolas mais baratos de regiões mais férteis e produtivas. Essas contra tendências adiariam o estado estacionário. Portanto, o livre mercado e o avanço tecnológico seriam essenciais para a continuidade do desenvolvimento. Contudo, o contínuo desenvolvimento tecnológico, que conseguiria neutralizar os rendimentos decrescentes na agricultura, não poderia ocorrer indefinidamente e a tendência ao estado estacionário acabaria se impondo, pois haveria, segundo Ricardo, custos crescentes nas inovações tecnológicas e as possibilidades de novas descobertas se estreitariam com o tempo. (MONTIBELLER-FILHO, 2001, p. 63). O esgotamento de um recurso natural vital coloca um limite à expansão capitalista, mas a terra tem um papel passivo, pois os determinantes da estagnação são sobretudo o aumento da população, o próprio crescimento do sistema capitalista e a dinâmica das inovações tecnológicas. (MONTIBELLER-FILHO, 2001). Ou seja, o limite do capitalismo não é apenas físico no sentido de esgotamento dos recursos naturais.

Marx ao fazer a crítica da Economia Política buscou elaborar uma teoria crítica do capitalismo, mas assimilou dos clássicos a confiança no progresso. Marx via no progresso, concebido na aceção do crescente domínio da natureza pelo homem, o sentido do desenvolvimento do sistema capitalista. Não é difícil encontrarmos em seus textos louvores a “missão civilizatória” do capitalismo, embora fosse um de seus críticos mais ferozes. Criticou a valorização do capital como um fim em

⁵ O produto líquido, definido por Ricardo como “a quantidade total produzida, menos todos os custos de produção, inclusive a substituição do capital usado na produção e os salários dos operários” (HUNT, 1989, p. 111), será decrescente à medida que faixas inferiores de terras sejam incorporadas à produção, pois as terras de fertilidade inferior exigirão cada vez mais trabalho para produzir a mesma quantidade de alimentos produzidos em terras mais férteis e de mesma dimensão. Empregando-se a mesma quantidade de trabalho e capital em faixas de terras de mesma dimensão, as sucessivas diferenças verificadas entre o produto líquido da terra menos fértil, que por hipótese não paga renda, e das demais faixas de terras constituem a renda diferencial da terra. O lucro de cada capitalista é idêntico ao produto líquido da terra menos fértil. Isso acontece porque a concorrência equaliza as taxas de lucro. A taxa média de lucro é determinada pelo produto líquido da terra menos fértil. Os preços dos cereais no mercado também terão, obviamente, como referência a quantidade de trabalho necessário para produzi-los na terra menos fértil. Esses preços terão que cobrir os custos e proporcionar a taxa média de lucro para a faixa de terra menos fértil. Caso contrário, a exploração dessa faixa de terra ficaria inviável. O desenvolvimento da sociedade e, portanto, o aumento da população obrigaria, como mencionamos acima, a crescente incorporação de parcelas de terras menos férteis e mal localizadas. O resultado desse processo seria, no longo prazo, o aumento dos preços dos produtos agrícolas, dos salários e da renda da terra. As consequências para a economia seriam negativas. O aumento dos salários, decorrente da elevação dos preços dos produtos agrícolas, acabaria comprimindo os lucros de todos os setores da economia. “Em qualquer caso, pois, tanto os lucros dos arrendatários como dos industriais serão reduzidos por uma elevação no preço dos produtos agrícolas, se esta for seguida de um aumento de salários” (RICARDO, 1996, p. 94).

si mesmo e a exploração da classe trabalhadora que a sustenta. Marx em alguns textos salienta a unidade entre homem e natureza, a natureza como o corpo “não-orgânico do homem”. Nos *Manuscritos* de 1844 assinalou: “Dizer que a vida psíquica e intelectual do homem está indissolivelmente ligada à natureza não significa outra coisa senão que a natureza está indissolivelmente ligada com ela mesma, pois o homem é uma parte da natureza”(MARX, 1978 apud LOWY, 2004, p. 91) Parece nítida divergência com os clássicos, sobretudo com Smith, nesse aspecto. Em outros textos, ele e Engels, discutiram brevemente os efeitos destrutivos do capital sobre o solo e a ilusão de dominarmos a natureza (LOWY, 2004; CHESNAIS; SERFATI, 2003). Essas idéias, no entanto, não foram aprofundadas.

Marx, como Smith e Ricardo, possuía uma visão otimista do desenvolvimento do sistema capitalista em escala global. Em várias passagens, sobejamente conhecidas, do “Manifesto Comunista” esta visão otimista aparece de maneira irrefutável⁶. Em artigo que discutia a dominação inglesa na Índia, Marx chegou a defender o papel progressista do colonialismo britânico: “A Inglaterra tem que empreender uma dupla missão na Índia: uma destrutiva, e outra, regenerativa - a destruição da velha sociedade asiática e o lançamento das bases materiais da sociedade ocidental na Ásia” (MARX, 1978 apud FIORI, 1999, p. 19)⁷

Entretanto, com o passar do tempo, Marx teria passado, segundo Fiori (1999, p. 19-21), a ter uma visão mais pessimista e cautelosa do processo de expansão da sociedade capitalista, particularmente acerca do desenvolvimento das regiões consideradas atrasadas⁸. Embora Marx passe a ver de forma crescentemente negativa os resultados da expansão capitalista na periferia, ele reafirma a capacidade expansiva e dinâmica do capitalismo tomar todo o mundo, moldando-o em termos econômicos, sociais, políticos e culturais⁹.

⁶ Ver, por exemplo, Marx e Engels, s/d, p. 24-25)

⁷ Marx parece não se dar conta das enormes dificuldades do desenvolvimento da periferia. A problemática difusão do progresso técnico, a hierarquização e rivalidade entre os Estados, e as múltiplas questões relativas ao financiamento da acumulação somadas a correlação de forças, as lutas sócias e aos problemas sociais, políticos e econômicos de cada país constituem um conjunto complexo de determinações que condicionam o desenvolvimento da chamada periferia do capitalismo, que não repete os mesmos caminhos percorridos pelos países hoje desenvolvidos.

⁸ Em 1879, escreveu: “As ferrovias deram, sem dúvida, um imenso impulso ao desenvolvimento do comércio exterior, mas o comércio em países que exportam produtos primários elevou a miséria das massas [...] Na verdade, todas as mudanças foram muito proveitosas para os grandes proprietários de terra, os usurários, os comerciantes, as ferrovias, os banqueiros e assim por diante, mas muito decepcionantes para os produtores reais” (MARX, 1978 apud FIORI, 1999, p. 19).

⁹ Os questionamentos acerca do resultado da expansão capitalista na periferia voltariam a aparecer no interior do marxismo com maior vigor anos depois, quando a questão do imperialismo ganhou o centro dos debates nos movimentos de esquerda.

Marx tem uma teoria do desenvolvimento capitalista que consiste na sua teoria da acumulação de capital¹⁰. Para ele, como já assinalamos, o modo de produção capitalista é dinâmico e tende a expandir-se de forma não linear. As crises são recorrentes. O sistema capitalista avança agravando suas contradições e crises, expandindo-se cada vez mais a partir de uma dinâmica cíclica. Nesse processo, o capital destrói o meio ambiente. Marx aborda superficialmente esse aspecto em sua obra, concentrando-se na descrição e análise do processo de desenvolvimento capitalista, não aprofundando as conseqüências da destruição do meio ambiente para a dinâmica do sistema.

Para Marx, o limite do capitalismo não se dá pela a exaustão dos recursos naturais, mas está nas suas contradições sociais. É no desfecho da luta de classes, com a vitória do proletariado, que teríamos a superação do capitalismo e a instauração do socialismo, uma forma social que redimiria a humanidade da desigualdade e da dominação e recolocaria o equilíbrio do metabolismo entre sociedade e natureza. Para Marx, o objetivo último do progresso técnico é a produção de valores de uso, que satisfaça as necessidades humanas, e não a produção ilimitada de mercadorias materiais e imateriais como base da valorização do capital. O socialismo teria uma economia regida pelos valores de uso, que consistiriam na verdadeira riqueza. Nesse aspecto, a natureza aparece, juntamente com o trabalho, como a fonte dos valores de uso¹¹ (LÖWY, 2004, p. 90-93). Aqui, a ruptura com os clássicos é evidente.

No entanto, Marx não aprofunda esse aspecto de sua crítica do sistema capitalista. As forças produtivas, particularmente a tecnologia, aparecem, de acordo com Löwy (2004, p. 90-93), como neutras, quando na verdade não o são. A tecnologia é desenvolvida, em grande parte, a partir dos interesses e objetivos do capital e Marx não desconhece esse fato. Mas indica que o simples avanço das forças produtivas acabará por exigir a superação das relações de produção vigentes e criará as condições para a nova sociedade. Esse equívoco levou os marxistas a

¹⁰ A concorrência intercapitalista obrigaria os capitalistas acumularem capital de modo incessante. Acumular, acumular é a lei básica do capitalismo. A valorização do valor é um processo sem fim. Um objetivo em si mesmo. Na busca de um lucro extraordinário, que lhes confirmam vantagens competitivas e lhes permitam acelerar o processo de valorização, os capitalistas introduzem recorrentemente novas tecnologias e novas formas de organização do processo produtivo, que poupam trabalho. O emprego dessas tecnologias também consiste em uma resposta às pressões dos movimentos da classe trabalhadora. Esse processo cria um excedente relativo de mão de obra para o capital. Um excedente que pressiona os salários para baixo e disciplina a classe trabalhadora. Dessa forma, avança a acumulação, tendo como limite as próprias contradições do capital. Observa-se uma tendência ao aumento da composição orgânica do capital à medida que o capital constante cresce mais rapidamente que o capital variável. Embora a mais-valia relativa tenda a crescer, a elevação da composição orgânica derruba os lucros e abre uma fase de crise de superprodução. As contratendências (redução do valor do próprio capital constante decorrente do aumento de produtividade do trabalho, ampliação comércio exterior, possibilitando importações de alimentos e matérias-primas com valor menor) podem retardar o processo, mas não evitá-lo. A crise resolve momentaneamente as contradições, queimando o capital supérfluo, para recolocá-las mais adiante em um patamar superior. É enfrentando um emaranhado de contradições que o capitalismo avança.

¹¹ Na Crítica ao programa de Gotha, Marx assinalou: “O trabalho não é a fonte de toda a riqueza. A natureza é fonte dos valores de uso (que são, de qualquer forma, a riqueza real!) tanto quanto o trabalho, que não é em si nada além da expressão de uma força natural a força de trabalho do homem” (MARX, 1977 apud LÖWY, 2004, p. 92).

considerarem que o problema estaria no invólucro social das forças produtivas, bastaria romper com a propriedade privada dos meios de produção que as forças produtivas automaticamente se desenvolveriam no sentido de libertar o trabalhador e recolocar o equilíbrio metabólico entre sociedade e natureza. Equívoco que teve alto preço na União Soviética e contribuiu para afastar o marxismo de uma abordagem ecológica, que articulasse a relação da sociedade com a natureza com a dinâmica socioeconômica, condicionada pela vida material (LÖWY, 2004).

Embora o problema ecológico não seja central na obra de Marx e suas posições a respeito do assunto sejam esparsas e insuficientes, podemos encontrar elementos importantes em sua obra para uma abordagem crítica do tema. O nó górdio parece residir na imprescindibilidade de discutirmos o problema ecológico articulado à lógica do capital. O problema ambiental não pode ser reduzido a questões de fluxos energéticos e/ou de mercado como muitos ecologistas acreditam, como se a destruição do meio ambiente fosse alheia à dinâmica do capitalismo, que poderia ser reformado para adequar-se a uma relação equilibrada com a natureza. A abordagem marxista sugere que uma relação harmônica entre natureza e sociedade é impossível nos marcos do capitalismo¹² (LÖWY, 2004; CHESNAIS; SERFATI, 2003; FOLADORI, 2001).

Para a economia de tradição neoclássica essas questões não se colocavam até recentemente. O desenvolvimento não aparece como um problema para os neoclássicos, pois o sistema capitalista tenderia para uma situação de equilíbrio de pleno emprego dos fatores de produção. Dessa forma, o tema central das discussões era o do equilíbrio, que voltou a ocupar o centro dos debates depois da ressurreição neoliberal do final dos anos 1970. A análise neoclássica é estática, não está preocupada com a dinâmica do sistema. O desenvolvimento, considerado sinônimo de crescimento econômico, seria um processo “natural”, que ocorreria sem maiores percalços, desde que o mercado fosse livre e fosse respeitada a “lei das vantagens comparativas” e assim seria possível alocar e formar mais eficientemente os fatores de produção. A intervenção do Estado na economia e a ação dos sindicatos perturbariam o livre funcionamento do mercado, diminuindo sua capacidade de auto regular o sistema econômico, o que impediria o equilíbrio ótimo de pleno emprego. Essa visão foi hegemônica até a crise dos anos 1930.

Também não observamos no interior das correntes de tradição neoclássica uma preocupação importante com os problemas ambientais até as décadas de 1960 e 1970. Só quando emerge a crise ambiental é que o tema passa a ganhar mais espaço, mas até hoje ocupa um lugar secundário no debate dessa tradição. O meio ambiente é um dado, com um papel meramente passivo. Os recursos naturais são concebidos como inesgotáveis e não representariam qualquer custo de produção. Tanto é

¹² Qualquer sociedade modifica e destrói a natureza. Na maior parte das sociedades pré-capitalistas, entretanto, o nível de destruição pode ser absorvido pelos ecossistemas sem a ruptura de seus equilíbrios, embora existam muitos exemplos de sociedades pré-capitalistas que alteraram de maneira substantiva e irreversível o seu meio ambiente. No capitalismo os equilíbrios tendem a ser rompidos, abrindo espaço para a crise ecológica.

assim que a função de produção neoclássica não incorporava os recursos naturais (ROMEIRO, 2003; FOLADORI, 2001, p. 143-150).

Mesmo Schumpeter (1997), autor de extração neoclássica, mas que rompeu com o neoclassicismo a partir de suas preocupações com a dinâmica econômica e com o desenvolvimento, não tinha uma abordagem do problema ambiental. O núcleo de sua visão está calcado no papel inovador do empresário, concebido como aquele que introduz a inovação no sistema econômico e com isso rompe com o equilíbrio preexistente à medida que fosse seguido pelas demais empresas. No fluxo circular da riqueza, a economia encontra-se em equilíbrio, crescendo de maneira linear, sem mudanças estruturais. A introdução de inovações, ao desencadear o desenvolvimento, rompe com o equilíbrio. Em um processo de “destruição criadora”, destrói as velhas estruturas e cria novas. Contudo, a disseminação das inovações pelo conjunto do sistema econômico acarreta o fim dos lucros gerados pelas inovações e restabelece novo equilíbrio, mas prepara o terreno para a próxima onda de inovações. Assim, o capitalismo seria um sistema extremamente dinâmico. Os recursos naturais também são considerados dados.

Na Ciência Econômica as discussões sobre desenvolvimento e o meio ambiente, até recentemente, caminharam de forma desarticulada. O intenso debate sobre o desenvolvimento que se seguiu a II Guerra Mundial no contexto de descolonização, de avanço dos projetos nacionais de desenvolvimento e domínio das políticas econômicas keynesianas tendeu a ignorar a questão ambiental. Apesar de não encontrarmos consenso, o desenvolvimento foi crescentemente identificado com a industrialização. A industrialização passou a ser a principal estratégia dos países em desenvolvimento para enfrentar tanto a miséria e a desigualdade social quanto à posição subordinada na economia mundial. Essa concepção aparece com clareza no ideário cepalino que tanta influência exerceu à época.

A problemática ecológica emerge, como já assinalamos, com força no debate apenas no final da década de 1960. É também um momento de crise dos projetos de desenvolvimentos voltados para a substituição de importações e para o mercado interno, particularmente na América Latina. Os anos 1960 e 1970 apresentaram um grande crescimento dos movimentos ambientalistas, vinculados aos movimentos pacifistas e antinucleares. Os Verdes na Alemanha, que chegaram a ter forte expressão política naquele país, e o Greenpeace talvez sejam os exemplos mais marcantes desses movimentos. Observa-se o aparecimento de uma ampla bibliografia sobre o tema, que contribuiu para alargar as discussões. Esses movimentos não surgiram do nada, decorrem de discussões e ações que vinham lentamente crescendo desde o final da década de 1940. Em 1972, veio a luz o relatório do Clube de Roma, que advogava uma proposta de crescimento zero em virtude da grande expansão industrial e da explosão populacional, prevendo que em cerca de 100 anos a humanidade viveria uma crise ecológica dramática. Esse relatório foi duramente criticado pelos governos dos países em desenvolvimento, pois os

condenava a pobreza e não punha em destaque que os principais responsáveis pela eventual crise ecológica seriam os países desenvolvidos. As divergências entre países ricos e pobres, que marcariam o debate nas décadas seguintes, já estavam presentes nesse momento (FOLADORI, 2001, p. 114-119).

A partir desse momento, intensificaram-se as discussões sobre o desenvolvimento e sua relação com o problema ecológico, particularmente no âmbito da ONU, que culminaram com o Informe “Nosso futuro comum”, de 1987, da Comissão Mundial para o Meio Ambiente, no qual aparece o conceito de desenvolvimento sustentável. Concebido como “aquele que responde às necessidades do presente de forma igualitária, mas sem comprometer as possibilidades de sobrevivência e prosperidade das gerações futuras” (FOLADORI, 2001, p. 117). O relatório da comissão colocava que os problemas ambientais estavam intimamente relacionados com a miséria e a pobreza e qualquer solução deveria ser necessariamente conjunta. Nesse aspecto, não deixava de constituir uma vitória dos países em desenvolvimento, que defendiam essa posição já há algum tempo (FOLADORI, 2001, p. 114-119; NOVAES, 2001).

Neste contexto, alguns economistas buscaram incorporar a questão do desenvolvimento sustentável no esquema teórico neoclássico. Para eles, seria possível um desenvolvimento sustentável e o melhor caminho para alcançá-lo seria por meio do livre mercado (FOLADORI, 2001, p. 143-150). Segundo Romero (2003), a chamada economia ambiental não considera que os recursos naturais finitos imponham um limite ao desenvolvimento, entendido aqui meramente como crescimento econômico, no longo prazo. Esta corrente considera que existe uma perfeita substituição entre o capital, o trabalho e os recursos naturais no processo produtivo. Os capitalistas utilizam a combinação de fatores que lhes garanta um menor custo. Dessa forma, podem substituir os recursos naturais por capital e trabalho à medida que os recursos naturais passem a apresentar preços mais elevados em virtude da crescente escassez, o que não deixa de ser problemático. Será que é possível a substituição de recursos naturais que apresentam características peculiares? Essa substituição seria possível pelo avanço da tecnologia. Quando uma determinada base de recursos se esgotasse, o sistema poderia deslocar-se para outra mais abundante, abrindo-se assim nova fronteira de expansão. A variável-chave, segundo ainda o referido autor, consiste no progresso científico e tecnológico que permitiria a continuidade do processo de substituição. Os investimentos presentes compensariam as gerações futuras, que enfrentariam escassez de certos recursos naturais. O capitalismo, portanto, poderia superar os limites colocados pela escassez dos recursos naturais (ROMEIRO, 2003, p. 7-10).

Para essa corrente, de acordo com Romero (2003, p. 7-11), a escassez de recursos naturais transacionados no mercado, como matérias-primas e combustíveis fósseis, elevaria o seu preço, o que reduziria sua demanda e estimularia o desenvolvimento de novas tecnologias para poupá-los ou substituí-los por outras fontes de recursos mais abundantes. O próprio mercado induziria a redução do

consumo e, portanto, levaria a preservação do meio ambiente. Quanto aos recursos considerados livres, como a água, o ar, a capacidade de absorção dos poluentes pelos ecossistemas etc., que não são propriedade privada, o mercado apresentaria falhas em sua regulação, exigindo uma regulamentação estatal. Além disso, a elevação da renda e das condições de vida dos indivíduos em decorrência do crescimento econômico os tornaria, cada vez mais, preocupados com os problemas ambientais e os induziria a pagar o preço pela preservação do ambiente, tornando possível a cobrança necessária para compensar ou minimizar os efeitos da degradação ambiental. Isso coloca a questão da valoração desses bens livres, pois só assim seria possível mensurar o custo da degradação desses recursos (ROMEIRO, 2003, p. 7-11).

A economia ambiental buscou desenvolver vários métodos de valorização dos recursos naturais. Retomou a contribuição de Arthur C. Pigou sobre a questão das externalidades desenvolvida no começo do século XX, que visava dar conta das falhas de mercado como alocador ótimo dos recursos sociais. Essa abordagem desembocaria na fórmula o poluidor paga (FOLADORI, 2001, p. 146-149; MONTEBELLER-FILHO, 2001, p. 84-108).

A atividade econômica poderia gerar externalidades negativas, que não seriam computadas no cálculo de custos das empresas. Por exemplo, a poluição do ar e suas conseqüências em termos de saúde pública e degradação ambiental causada por uma fábrica não aparecem em seus custos. Os custos decorrentes dos problemas de saúde e degradação ambiental recaem sobre o conjunto dos cidadãos. A abordagem das externalidades propõe mensurar esses custos e imputá-los a empresa. O valor a ser pago pelos danos ambientais seria calculado a partir de negociações entre as partes. O Estado deveria impor uma taxa a empresa poluidora que corresponderia a diferença entre o custo social da poluição e o custo privado, obrigando a empresa a arcar com os custos decorrentes das conseqüências negativas da poluição. Assim, abriria-se a possibilidade de crescimento econômico preocupado com o meio ambiente, pois as empresas buscariam desenvolver produtos e tecnologias “ecologicamente corretas” e o ônus das taxas inibiria a destruição desenfreada da natureza¹³. (FOLADORI, 2001, p. 145-149; MONTEBELLER-FILHO, 2001, p. 84-108).

Essa proposta enfrentava dois problemas, a saber: não levava em conta que os custos recairiam sobre o consumidor, pois as empresas repassariam aos preços o valor das referidas taxas, e também que não seria nada fácil a mensuração desses custos. Outros economistas procuraram dar uma solução diferente a esse problema, que também não ferisse a sacrossanta lei do mercado. Passaram a defender que se deveria atribuir direitos de propriedade aos recursos naturais até então considerados inegotáveis e livres, como o ar e a água. Dessa maneira, seria possível atribuir preço

¹³ Segundo Montebeller-Filho (2001, p. 84-108), a empresa degradadora do meio ambiente produziria até o ponto em que seu lucro marginal se igualasse ao custo marginal externo. Dessa forma atingiríamos um patamar “ótimo” de poluição, ou seja, um patamar de poluição tolerável pela sociedade. Com a introdução desse novo elemento, custo marginal externo, que representa o custo da degradação ambiental para cada unidade adicional de produção, observaríamos uma redução da produção e, portanto, do danos ambientais.

a esses recursos e, portanto, as atividades poluidoras passariam a pagar pela utilização dos mesmos (MONTEBELLER-FILHO, 2001, p. 84-108).

De acordo com Montebeller-Filho (2001), Ronald Coase foi um dos autores que defenderam essa proposição. Para ele, o problema reside no fato dos recursos considerados bens comuns da humanidade não serem propriedade privada. Isto impediria a internalização das externalidades ambientais pelos agentes poluidores. A atribuição de direitos de propriedade a esses bens comuns permitiria uma negociação entre as partes afetadas pelo problema e a determinação de um preço de mercado para a utilização desses bens. Só assim seria possível coibir o seu uso desmedido e a degradação ou poluição ambiental. Outros métodos foram, mais recentemente, desenvolvidos, como o do valor econômico total, que busca estimar um valor monetário dos bens ambientais com base em mercados hipotéticos, e a análise de custo e benefício ambiental¹⁴ (MONTEBELLER-FILHO, 2001, p. 84-108).

A análise neoclássica do problema do meio ambiente carece de consistência por diversos motivos. O fato de se imputar preço aos recursos ambientais livres não significa necessariamente que o seu consumo se reduzirá e que as empresas passarão a desenvolver tecnologias que os poupem. Além disso, existem problemas que dificultam a própria atribuição de preços para esses recursos. Como qualificar e quantificar precisamente as externalidades? Qual é preço para se evitar a extinção de uma espécie? Como isso pode ser aferido através da expressão das preferências individuais em um mercado hipotético? Através de pesquisas de opinião, que terão que abarcar pessoas que não possuem qualquer ou pouca informação sobre o assunto? Essas pesquisas conseguem aferir de fato as preferências das pessoas? As dificuldades teóricas e técnicas de determinar quais são e quais os limites das externalidades também precisam ser levadas em conta. Não parece correto imputar um preço para a preferência das gerações futuras, que não nasceram e, portanto, não podem expressar suas preferências. As dificuldades de atribuir preço aos recursos comuns parecem insuperáveis. Os neoclássicos, seguindo Smith e Ricardo, consideram as necessidades humanas infinitas. Aí residiria outro problema importante para o esquema teórico neoclássico: como conciliar essas necessidades infinitas com a defesa do meio ambiente?¹⁵ Dessa forma, a análise neoclássica parece enfrentar

¹⁴ O valor econômico total busca determinar o valor somando o valor de uso atual (valor ao uso efetivo do recurso), o valor de opção (corresponde ao valor de uso futuro do recurso ambiental) e o valor de existência (valor intrínseco do bem, independentemente de seu uso). Esses preços são estimados em um mercado hipotético, no qual busca-se aferir o quanto as pessoas estariam dispostas a pagar pelo uso atual e futuro e pela existência do recurso ambiental. A análise de custo benefício ambiental buscaria comparar o valor econômico total com os custos totais dos agentes envolvidos no uso de determinado recurso ambiental (MONTEBELLER-FILHO, 2001, p. 84-108).

¹⁵ Vários estudos têm mostrado que as necessidades humanas são cultural e historicamente determinadas. As chamadas sociedades primitivas vivem abaixo do seu potencial produtivo. Portanto, observa-se o alargamento do tempo livre e as necessidades são mais estáveis. Poderíamos argumentar a favor dos neoclássicos que o mercado não responde as necessidades potenciais, que são infinitas, mas sim a demanda efetiva, que é finita. O mercado responde as necessidades daqueles que possuem poder de compra, mas deixa de lado aqueles que não tem. Historicamente, observamos que o mercado não tem sido capaz de satisfazer as necessidades mínimas de extensa parcela da população mundial, que vive na miséria. A resolução dos problemas ecológicos não pode ser isolada da superação da miséria e da desigualdade social que caracterizam o mundo de hoje (POLANYI, 2000 ; ARRIGHI, 1997).

grandes dificuldades para incorporar o problema ecológico (FOLADORI, 2001; MONTEBELLER-FILHO, 2001; ALIER; SCHUPÜMANN, 1993).

Os neoclássicos não questionam se é possível um desenvolvimento sustentável em um sistema econômico que tende para uma expansão ilimitada ante a capacidade limitada e lenta dos ecossistemas se regenerarem. Isso não se deve apenas as deficiências da abordagem das externalidades, mas sobretudo a apologia do capitalismo, a fé cega na tecnologia e na eficiência do mercado como alocador eficiente dos recursos naturais e do trabalho social, a ênfase no equilíbrio e não na dinâmica, e a não problematização da noção de desenvolvimento.

A chamada economia ecológica, corrente marginalizada que se desenvolveu a partir do último quartel do século XIX, apresenta vários matizes. Alguns seguidores dessa corrente carecem uma análise socioeconômica do problema ecológico que discuta a factibilidade de equilíbrio entre natureza e sociedade no sistema capitalista. Esses economistas baseiam sua análise nos fluxos de energia a partir das leis definidas pela termodinâmica, particularmente no conceito de entropia, segundo o qual a energia de um sistema fechado tende a se dissipar. A economia tradicional não levaria em conta os recursos naturais que constituem condição de existência da própria atividade econômica e também não discutiria os problemas dos detritos. Ao desconsiderar esses pontos, a teoria econômica tradicional não contempla as diferenças entre a dinâmica do sistema e os ritmos da natureza, as possibilidades de renovação ou não dos recursos e a reciclagem dos detritos. Como o ecossistema terrestre é limitado em termos de recursos e capacidade de reciclagem de detritos, as possibilidades de desenvolvimento econômico também seriam limitadas, sobretudo em um contexto de acelerado crescimento populacional, industrial, agrícola e do consumo de massa como o atual (ALIER; SCHLUPÜMAANN, 1993, p. 11-37; FOLADORI, 2001, p. 150-155)¹⁶.

Para a chamada economia ecológica a articulação entre a dinâmica física e social parece problemática. Para essa corrente, a economia estaria inserida no ecossistema global da terra, que imporá limites absolutos a sua expansão. Dentro desses limites a economia poderia se desenvolver. O progresso tecnológico e a ação reguladora da atividade econômica por meio de restrições e incentivos seriam fundamentais para melhorar a eficiência da utilização e para a preservação dos recursos naturais renováveis e não-renováveis. Apesar da melhora substantiva que poderia ser alcançada nesse sentido, os limites não poderiam ser superados, o que colocaria a necessidade de estabilizar o consumo *per capita* em conformidade com a capacidade do ecossistema terrestre suportar a degradação ambiental. A sociedade deveria por meio do Estado e de outras organizações sociais estabelecer os níveis de consumo

¹⁶ Segundo o relatório do Clube de Roma (1972): “Se se mantiverem as atuais tendências de crescimento da população mundial, industrialização, contaminação ambiental, produção de alimentos e esgotamento dos recursos, este planeta alcançará os limites de seu crescimento no curso dos próximos cem anos. O resultado mais provável será um súbito e incontrolável declínio da população como da capacidade industrial” (MEADONS, 1972 apud FOLADORI, 2001, p. 151)

para evitar perdas irreparáveis, que poderiam assumir proporções catastróficas. O desenvolvimento implicaria a alteração do atual padrão de consumo e a regulação do processo de acumulação de capital. Seria necessário modificar os valores e a visão de mundo da sociedade de consumo de massa e isso seria feito por meio de campanhas educacionais e de ampla discussão das questões ambientais. Ou seja, seria necessária uma revolução cultural. Também seria fundamental a implementação de inúmeras reformas institucionais, que regulassem a acumulação e criassem mecanismos de decisão sobre a utilização dos recursos naturais, que possibilitassem a preservação do padrão de vida das gerações futuras (ROMEIRO, 2003, p. 11-19).

Para Foladori (2001, p. 150-159), essas análises apontariam para a necessidade de estancar o desenvolvimento, sugerindo uma espécie de crescimento zero ou estado estacionário. A economia ecológica não possuiria um conceito claro de desenvolvimento. O referido autor argumenta que essa posição não se sustenta. Em termos absolutos, o ecossistema terrestre é, sem dúvida, limitado, mas o que interessaria a espécie humana seria os seus limites relativos. Isto é, o que importa saber é se “a produção humana cresce a um ritmo que coloca limites de abastecimento de materiais em um futuro previsível.” Não haveria resposta consistente a essa questão e precisaríamos levar em conta ao respondê-la o avanço rápido da tecnologia, a variada possibilidade de substituição de materiais e a dinâmica de crescimento da população, cujo ritmo decaí à medida que avança o desenvolvimento econômico. Estancar o desenvolvimento agravaria os problemas sociais, como o desemprego e a miséria na vasta periferia do sistema capitalista.

A questão da estabilização do consumo *per capita* não pode ser discutida de forma separada da questão do desenvolvimento desigual do capitalismo e da crescente diferenciação dos níveis de renda e das condições de vida entre as regiões ricas e pobres do mundo. Defender pura e simplesmente a estabilização do consumo significaria condenar a miséria da maioria da população mundial, enquanto uma minoria desfrutaria de um padrão de vida relativamente elevado, o que reafirmaria, como diz Arrighi (1997), o caráter oligárquico da riqueza no capitalismo.

O problema não residiria na discussão do desenvolvimento em abstrato, mas sim do desenvolvimento no capitalismo. O que importa indagar é se é possível uma economia que contemple a utilização sustentada dos recursos renováveis e não renováveis e reciclagem dos detritos associada ao enfrentamento dos problemas da miséria e da desigualdade social na lógica capitalista de valorização ilimitada do capital. A resposta a essa questão não pode basear-se apenas em uma análise dos fluxos de energia e no caráter renovável ou não dos recursos. Também parece insuficiente considerar que seria possível mudar o padrão de consumo e controlar o processo de acumulação de capital por meio de campanhas educacionais e reformas institucionais. Sem menosprezar a importância dessas propostas, é preciso levar em conta que o padrão de consumo é determinado pela forma de organização da economia e pelo seu nível de desenvolvimento. Não se altera o padrão de consumo sem modificar as

relações de produção que o sustentam. Seria possível um controle social do mercado no capitalismo como o observado em várias sociedades pré-capitalistas e na fase de transição do feudalismo para o capitalismo? As tentativas nesse sentido têm tido resultados limitados. Não podemos esquecer que o controle social do mercado nas sociedades pré-capitalistas era possível pelo fato da organização da produção não ser capitalista. É preciso aprofundar discussão da natureza da sociedade capitalista, sua dinâmica e dos agentes sociais que levariam a cabo a constituição de uma sociedade alternativa. Essa análise está ausente da economia ecológica.

A debilidade dos delineamentos da economia ecológica está no fato de basear seus argumentos em princípios físicos e pretender anexá-los ao funcionamento econômico regido por leis sociais. Ao realizar uma crítica ao funcionamento da sociedade capitalista à margem das próprias leis econômicas, a partir da lógica físico-energética, a economia ecológica não apresenta uma interpretação de quais são as causas da crise ambiental, de por que, sob as relações capitalistas, não há possibilidade econômica de crescimento zero e menos ainda, de quais são os setores interessados em chegar a uma organização econômica alternativa. (FOLADORI, 2001, p. 155).

Os defensores do desenvolvimento sustentado, em geral, consideram que é possível reformar o capitalismo a ponto do sistema conviver de forma equilibrada com a natureza, embora não expliquem como é possível conciliar a sustentabilidade com a tendência de crescimento ilimitado do capitalismo e sua sociedade de consumo de massas. Essa perspectiva tem alimentado boa parte dos ecologistas, dos governos preocupados com o problema ecológico e dos organismos internacionais. Foi esse espírito que animou as conferências internacionais da década de 1990, particularmente a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), que firmou várias resoluções importantes, como a convenção sobre a mudança climática, a convenção sobre a biodiversidade, a declaração sobre o manejo sustentado e preservação das florestas e a Agenda 21 (FOLADORI, 2001; NOVAES, 2001).

As resoluções das conferências internacionais e o relatório Brundtland¹⁷ enfatizam o papel do mercado no processo de construção do desenvolvimento sustentável e isto implica que o eixo do enfrentamento dos problemas ecológicos estaria na atribuição de preços aos recursos naturais. Mas essa saída, como já assinalamos, parece inconsistente. A venda de direitos de poluir por parte dos países

¹⁷ Embora defenda corretamente que o problema ambiental não pode ser isolado das questões da miséria e da desigualdade, o termo desenvolvimento sustentável é demasiado elástico, comportando diferentes interpretações. A idéia contida no termo pretende conciliar desenvolvimento com sustentabilidade ambiental. Ou seja, estabelecer um padrão de desenvolvimento econômico que seja capaz de manter o equilíbrio entre a utilização de recursos e as atividades poluidoras e a capacidade de reciclagem dos ecossistemas, ao mesmo tempo que os graves problemas da pobreza e da desigualdade social sejam enfrentados em escala global. A dificuldade parece residir no fato de nem o conceito nem o documento “Nosso futuro comum” questionarem se isso é possível na sociedade capitalista, o que abre margem para as variadas interpretações. É óbvio que dificilmente uma comissão da ONU faria uma crítica profunda que questionasse a própria existência do sistema capitalista.

pobres aos ricos, por exemplo, não parece ser um modo consistente de enfrentarmos os problemas de poluição e aquecimento global. O problema também não pode ser reduzido a questões meramente tecnológicas, como se as novas tecnologias pudessem resolver tudo num passe de mágica. Os defensores do desenvolvimento sustentável parecem também menosprezar certas características da ordem internacional. Não vivemos em um mundo onde o poder seja compartilhado igualmente pelos países. A ordem internacional é fortemente hierarquizada. Os países que compõem o núcleo desenvolvido do capitalismo, particularmente os EUA, o centro hegemônico do sistema, e os grandes grupos transnacionais não estão dispostos a abrirem facilmente mão de suas posições e de levar a cabo mudanças no modo de produzir e consumir de suas sociedades. O mesmo pode se dizer dos países em desenvolvimento, particularmente aqueles que mais crescem, como a China e a Índia. Mudanças necessárias à medida que são os maiores consumidores de recursos naturais e poluidores do mundo. A recusa do governo Bush e de outros governos de assinarem a convenção sobre a biodiversidade e o protocolo de kyoto denotam a fragilidade da perspectiva reformista (FOLADORI, 2001; NOVAES, 2001).

O conceito de desenvolvimento sustentado tem recebido inúmeras críticas por não questionar o modo de produzir e consumir da sociedade capitalista. Não passaria de uma ideologia, que buscaria encobrir as contradições dessa sociedade. “A superação de problemas ambientais exigirá mudanças fundamentais na organização social, e não simplesmente a introdução de pequenas modificações técnicas” (NOVAES, 2001, p. 42) e institucionais. As propostas da economia ecológica parecem tímidas. Sugerem, sem definir claramente, novas formas de sustentabilidade, como a sustentabilidade local. Como se transferindo a resolução para a escala local fosse mais simples enfrentar os problemas. Sugerem a democratização do Estado, um Estado mais aberto a participação popular e assim mais propenso a ter um papel atuante na resolução dos problemas ambientais a partir dos interesses da maioria. Mas, ao mesmo tempo, alguns ecologistas continuam defendendo a imputação de preços aos recursos naturais, sugerindo que a solução seria via mercado, mas um mercado regulado pelo Estado e pela sociedade (NOVAES, 2001, p. 42-48). Sem menosprezar a importância dessas propostas, parece que existe certa relutância em admitir que na sociedade capitalista o problema ecológico não será provavelmente resolvido. Mas isso não deve ser justificativa para o abandono da luta por reformas no capitalismo, como se esses problemas pudessem ser resolvidos automaticamente assim que essa sociedade fosse eventualmente superada.

Em termos absolutos, como assinalamos acima, é óbvio que a finitude dos recursos naturais da terra apresenta limites ao capitalismo ou a qualquer outra forma de sociedade que venha a sucedê-lo. A questão, como asseverou Foladori (2001), é de limites relativos. O capitalismo pode conviver, como já vem fazendo, com crescentes níveis de degradação ambiental e social. O próprio combate à degradação ambiental está se tornado, como afirmaram Chesnais e Serfati (2003), em um novo campo de

acumulação de capital. Mas o aprofundamento desse processo de degradação pode acirrar as contradições da sociedade e encurtar os limites relativos do sistema, abrindo novas possibilidades de transformação social e de resolução parcial dos problemas ecológicos.

Nesse contexto, o modelo de desenvolvimento vigente, particularmente o adotado pelos países periféricos, precisa ser revisto. Não só porque o atual modelo neoliberal perpetua a miséria e a desigualdade em amplas regiões da periferia e a industrialização não significa necessariamente desenvolvimento, mas também devido ao fato desse modelo ser destruidor da natureza. O velho modelo desenvolvimentista e o modelo neoliberal que o sucedeu não têm respostas consistentes para a crise ecológica. Ambos parecem ter fracassado no enfrentamento das questões sociais e da questão ambiental. Contudo, estamos, tudo indica, ainda longe de alcançarmos um novo padrão de desenvolvimento que dê conta simultaneamente das questões econômicas, sociais e ecológicas.

Agregar o termo sustentável ao conceito de desenvolvimento não parece ser solução. Desenvolvimento sustentável entendido como uma forma de crescimento econômico associado à integridade dos sistemas ecológicos, a justiça e à igualdade entre toda a população mundial, nos parâmetros da sociedade capitalista, parece bastante improvável, pois, como tentamos apontar acima, o capitalismo no seu movimento de expansão cria e recria, ao mesmo tempo, uniformidade e desigualdade. Um sistema regido pelo mercado, onde o móvel das empresas é a busca incessante do lucro, enfrentaria enormes dificuldades para respeitar o uso sustentável dos recursos naturais e promover a igualdade entre os povos da terra. Parece que dentro do capitalismo não é possível alcançarmos um desenvolvimento sustentável que atinja o conjunto humanidade (CORSI, 2002).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão do problema do desenvolvimento e como esta questão foi tratada no debate econômico parece estar na ordem do dia, seja em virtude da situação de estagnação e miséria vivida por vastas regiões da periferia, seja em virtude da crise ambiental que se faz cada vez mais presente. Só recentemente a questão ecológica foi incorporada ao debate econômico. Embora os avanços tenham sido significativos, o problema ambiental continua em segundo plano na maioria das correntes. Procuramos defender a idéia segundo a qual o problema ambiental não pode ser tratado apenas como uma questão de fluxos de energia e de utilização de recursos, ou como um mero problema que o mercado resolveria atribuindo preço aos bens até então considerados livres. Essas análises são insuficientes. O problema ecológico precisa ser abordado de maneira articulada com a dinâmica socioeconômica da sociedade capitalista.

Desenvolvimento econômico com preservação da natureza e superação da miséria constitui um desafio para qualquer forma de sociedade, ainda mais quando

a população atinge as cifra de bilhões. Se a humanidade conseguirá enfrentá-lo a contento é uma questão em aberto. É sempre bom lembrar que a história é um campo de possibilidades e nem os indivíduos e nem as classes sociais, que fazem a história em condições dadas, controlam os resultados de suas ações. Parece seguro afirmar, contudo, que o equilíbrio metabólico entre sociedade e natureza em uma sociedade movida incessante valorização do capital é extremamente difícil. Até o momento não há indícios de que o capitalismo seja passível de reformas que consigam neutralizar suas tendências destrutivas da natureza. Está em questão todo um estilo de vida, uma civilização.

Para aqueles que adotam uma postura crítica em relação ao sistema capitalista o problema chave parece ser o do controle social da economia. A produção, a distribuição e o consumo devem estar subordinados aos interesses, às necessidades objetivas e subjetivas da maioria da população. Uma economia como essa só poderia existir se fosse regida por valores de uso e não pelo valor de troca. Como diz Löwy (1999, p. 234), uma espécie de economia moral “no sentido que E. P. Thompson dava a essa expressão, isto é uma política econômica baseada em critérios não-monetários e extra econômicos” (CORSI, 2002).

REFERÊNCIAS

- AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. *La economía del subdesarrollo*. Madrid: Editorial Tecnos, 1963.
- ALIER, J. M.; SCHLÜPMANN, K. *La ecología y la economía*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- ARBIX, G et al. (Org.). *Razões e ficções do desenvolvimento*. São Paulo: Ed. Unesp; Edusp, 2001.
- ARRIGHI, G. *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- ATVATER, E. *O preço da riqueza*. São Paulo: Ed. Unesp, 1995
- CHESNAIS, F. Ecologia e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas. *Crítica Marxista*. São Paulo, n. 16. 1996.
- CORSI, F. L. A questão do desenvolvimento à luz da globalização. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 19, p. 11-30, 2002.
- _____. Economia do capitalismo global: um balanço crítico do período recente. In: ALVES, G. A. P.; GONZALEZZ, J. L. C.; BATISTA, R. (Org.). *Trabalho e educação: contradições do capitalismo global*. Londrina: Práxis, 2006.
- FIORI, J. L. (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- FOLADORI, G. *Limites do desenvolvimento sustentável*. Campinas: Editora Unicamp, 2001.
- FRITSCH W. Apresentação a obra de Adam Smith. In: SMITH, A. *A riqueza das Nações: Investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- HUNT, E. K. *História do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Campus, 1989
- LÖWY, M. De Marx ao ecosocialismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (Org.). *Pós-liberalismo II: que Estado para que democracia*. Petrópolis: Vozes. 1999.

- _____. Marx, Engels e a ecologia. *Margem a Esquerda: ensaios marxistas*. São Paulo: Boitempo, n. 3, 2004.
- MALTHUS, T. R. *Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MAY, P. H.; LUSTOSA, M. C.; VINHA, V. (Org.). *Economia do meio ambiente: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2003.
- MOTIBELLER-FILHO, G. *O mito do desenvolvimento sustentado: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.
- MYRDAL, G. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.
- NOVAES, R. C. *Desenvolvimento sustentável na escala local: a agenda 21 local como estratégia para a construção da sustentabilidade*. 2001. Dissertação (mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2001.
- POLANYI, K. *A grande transformação: As origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- RICARDO, D. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- RODRIG, D. Estratégias para o desenvolvimento para o novo século. In: ARBIX, G. et al. (Org.). *Brasil, México, África do sul, Índia e China: o diálogo entre os que chegaram depois*. São Paulo: Ed. Unesp; Edusp, 2002
- ROMEIRO, A. R. Economia ou economia política da sustentabilidade. In: MAY, P. H.; LUSTOSA, M. C.; VINHA, V. (Org.). *Economia do meio ambiente: Teoria e prática*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2003.
- SCHUMPETER, J. A. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre os lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- SCREPANTI, E.; ZAMAGNI, S. *Panorama de historia del pensamiento económico*. Barcelona: Ariel, 1997.
- SMITH, A. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- SEN, A. K. *O desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (Org.). *O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.